

Colegas questionam atuação de Barbosa no plenário do STF

Antes de assumir o comando da Corte, relator do mensalão faz críticas ao sistema judicial do País e protagoniza bate-bocas

Felipe Recondo
BRASÍLIA

Eleito presidente da cúpula do Judiciário, o ministro Joaquim Barbosa assume o comando do Supremo Tribunal Federal com duas declarações que já provocaram incômodo entre os colegas durante sessões do mensalão, do qual ele é relator. Logo após ser eleito presidente, afirmou que compete ao Legislativo, não ao Judiciário, solucionar um dos maiores problemas da Justiça brasileira: a morosidade.

Na mais recente, durante a sessão de quarta-feira, afirmou que o sistema penal brasileiro é "risível", repetindo crítica feita pela imprensa americana. Essa última declaração foi classificada como "autofágica" por um dos integrantes da Corte. Outro ministro afirmou que Joaquim Barbosa deu um "tiro no pé" ao criticar o sistema judicial do qual ele faz parte e presidirá a partir de novembro.

Já durante a sessão, a crítica de Barbosa foi repelida pelos ministros. Ainda durante a sessão de quarta-feira da Corte, o ministro Celso de Mello afirmou: "Eu não seria tão crítico ao nosso sistema". Dias Toffoli lembrou que o sistema penal americano, por exemplo, prevê a pena de morte, punição vedada pela Constituição brasileira.

Reservadamente, outro ministro ressaltou que o sistema americano também tem falhas graves. E lembrou, por exemplo, que a Justiça americana costuma encher os presídios do país com negros e hispânicos.

As comparações e as críticas levaram ao bate-boca entre Bar-

"A minha lógica não é a mesma do senhor (Lewandowski). Eu não barateio crime de corrupção"

"A tática do ministro Lewandowski é plantar o que ele quer colher daqui a pouco"

"Vossa Excelência (Lewandowski) advoga para ele?"

"Não concordo com o nosso sistema de penas"

"Acho pouco, sobretudo tendo em vista nosso sistema de Justiça penal que permite que num caso como esse ele (Marcos Valério) não cumpra mais que seis meses de prisão"

Joaquim Barbosa
MINISTRO DO STF, DURANTE O JULGAMENTO DO MENSALÃO

bosa e o revisor do processo do mensalão, Ricardo Lewandowski, durante a sessão.

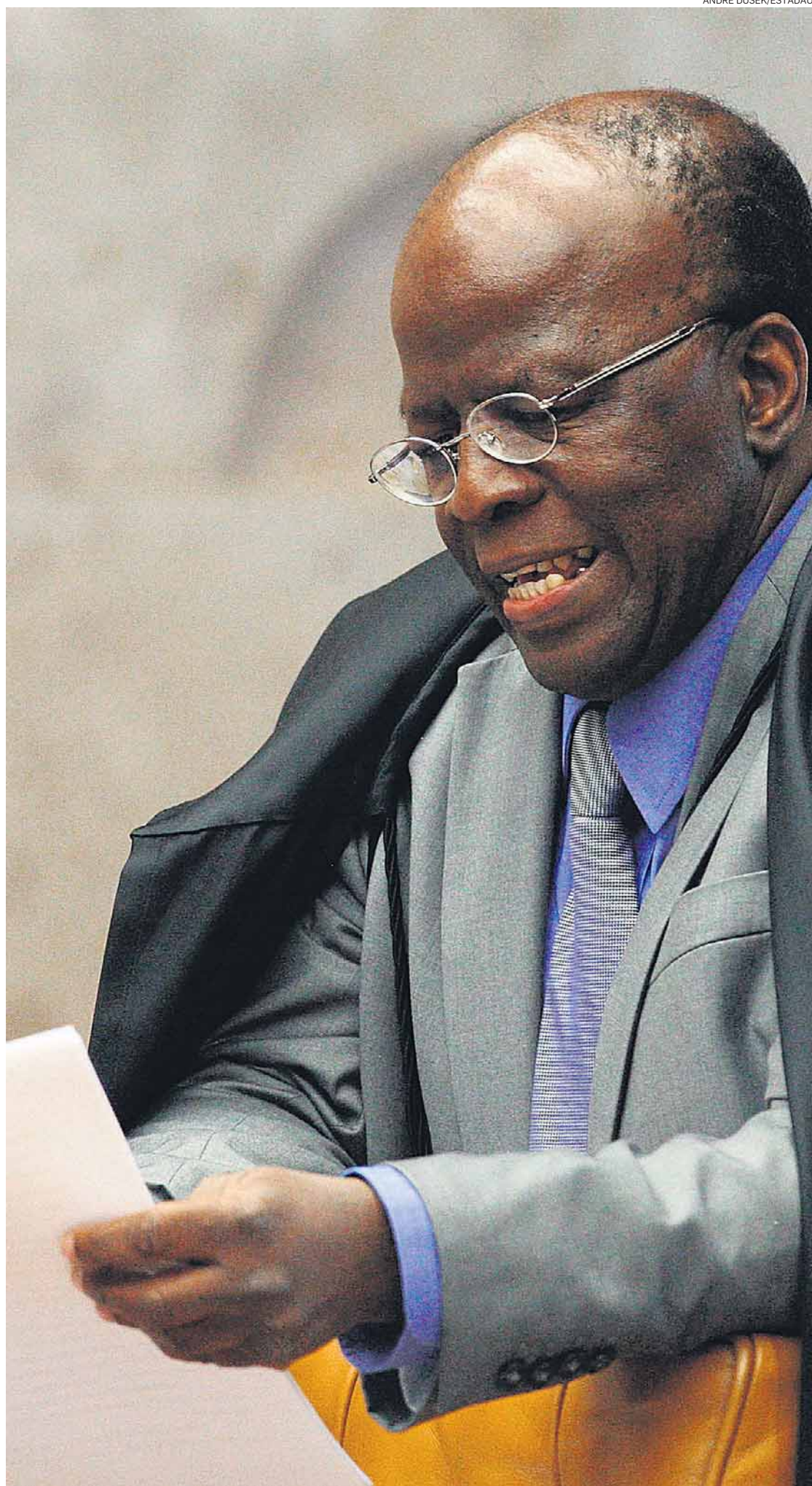
Barbosa chegou a acusar o colega de defender o operador do mensalão, o empresário Marcos Valério. Depois, pediu desculpas e admitiu que se havia excedido. O embate foi criticado ontem pelo ministro Marco Aurélio Mello: "Nosso relator teve uma recaí-

da. Espero que seja a última".

Ao longo do julgamento, Barbosa fez outra crítica ao nível de institucionalização do País. Durante o julgamento, Lewandowski lembrou entrevista concedida pelo delegado da Polícia Federal Luís Flávio Zampronha ao **Estado** na qual criticou a denúncia do mensalão. "Vejam como as coisas são bizarras no nosso país. Um delegado preside um inquérito e, quando ele (o inquérito) já se transforma em ação penal, ele vai à imprensa e diz que fulano não deveria ter sido denunciado. Isso já é um absurdo. Em qualquer país decentemente organizado, o delegado estaria, no mínimo, suspenso", afirmou Barbosa.

Sabatina. O relator do processo do mensalão nunca negou essa veia comparatista, diferenciada, nas palavras dele. Costume que agora incomodou alguns ministros. Em sua sabatina na Comissão de Constituição e Justiça, afirmou que, por ter estudaado e morado fora do País enquanto integrava o Ministério Público, fazia essas comparações se chegasse ao tribunal.

"Essa experiência de estudos no estrangeiro trouxe para mim uma visão até certo ponto diferenciada", afirmou. "Em vez de usara instituição única e exclusivamente à luz da nossa experiência, da nossa visão bem particular, tento fazer o cotejo dessas instituições, estudo a instituição correspondente do Direito de um, dois ou três países e procuro tirar uma síntese, tentando corrigir eventuais falhas, eventuais visões distorcidas que possamos ter sobre este ou aquele instituto", acrescentou na sabatina em 2003.



Incômodo. Joaquim Barbosa chegou a acusar o colega de defender o operador do mensalão

TJ paulista tem 'boom' de pagamentos em setembro

Funcionários e magistrados recebem rendimentos que ultrapassam teto federal de R\$ 26.700

Mirella D'Elia

Os contracheques de magistrados do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) – incluindo o do presidente da corte, desembargador Ivan Sartori – deram um salto. A folha de setembro, paga no início deste mês, totalizou R\$ 98,6 milhões líquidos, ou seja, sem descontos.

O valor representa um acréscimo de 63% em relação ao desembolso de agosto, realizado no início de setembro, que totalizou R\$ 60 milhões, conforme antecipou a coluna *Direto da Fonte* na edição de ontem.

O TJ é o maior tribunal do País, com 360 desembargadores e 2.100 juízes, além de 43 mil servidores da ativa. O tribunal destaca que o aumento ocorreu por causa do pagamento de férias, licença-prêmio e auxílio-alimentação em atraso.

De acordo com documento disponível no site do TJ, o holerite mais alto este mês é o do desembargador Caetano Lagrasta Neto, que recebeu R\$ 94,3 mil. A corte explica que esse valor foi liberado porque Lagrasta recebeu valor relativo a férias acumuladas para cobrir despesas de saúde de em família.

Juntos, os cinco desembargadores e juízes com holerites mais elevados em outubro receberam R\$ 398,2 mil líquidos. Os vencimentos de Sartori chegaram a R\$ 58,6 mil.

"Esse salto aconteceu em outubro porque o nosso presidente, Ivan Sartori, determinou que fossem pagos os atrasados. É apenas um pingo no oceano em relação ao que se deve aos juízes", declarou o juiz Rodrigo Capez, assessor da presidência do TJ.

O teto constitucional do funcionalismo, equivalente aos salários dos ministros do Supremo Tribunal Federal, é de R\$ 26,7 mil. De acordo com Capez, o salário líquido de um desembargador fica em R\$ 16 mil.

Segundo ele, com a adoção do regime de subsídios na Justiça, em 2008, quem já recebia acima



Ganho. O presidente do TJ, Ivan Sartori, também foi beneficiado

do teto não poderia ter o salário reduzido por causa de previsão constitucional. "Eles (juízes) ficaram com uma parcela congelada", explica Capez.

O tribunal informa que deve R\$ 150 milhões em férias e licen-

TIAGO QUEIROZ/ESTADÃO-17/11/2012

• **Maiores holerites**

R\$ 94,3 mil
Desembargador Caetano Lagrasta Neto

R\$ 78,8 mil
Juiz Herivelto Araújo Godoy

R\$ 76 mil
Desembargador Paulo Eduardo Razuk

R\$ 74,9 mil
Juiz Valter Alexandre Mena

R\$ 74,2 mil
Desembargador Sergio Jacintho Guerrieri Rezende

R\$ 1 milhão de crédito a receber.

Os pagamentos vêm desde março. "O STF autorizou que fossem indenizados esses dias de férias acumuladas, mas o TJ nunca teve verba para pagar. Agora, esses valores estão sendo pa-

pagos de acordo com a disponibilidade orçamentária", afirma Capez. "O tribunal não tem como quitar esse passivo, mas paga de forma fracionada."

pagos de acordo com a disponibilidade orçamentária", afirma Capez. "O tribunal não tem como quitar esse passivo, mas paga de forma fracionada."

Antecipações. Se houver disponibilidade orçamentária, pode ocorrer novo pagamento de benefícios em atraso na folha de novembro. "O presidente (Sartori) está estudando se isso pode ser feito", disse Capez. "Nossa transparência é total. Foi do presidente a ordem para apurar antecipações. Naquilo que foi irregular, ele mandou apurar."

As antecipações foram pagamentos milionários concedidos no período entre 2008 e 2010 no TJ paulista. Cinco desembargadores receberam, no total, R\$ 4,2 milhões. Dois ex-presidentes da corte, Vallim Belocchi (2008 a 2009) e Vianna Santos (2010), autorizaram liberações em proveito próprio em suas próprias gestões. Belocchi ficou com R\$ 1,44 milhão. Vianna, que morreu em 2011, recebeu R\$ 1,2 milhão. A gestão Sartori descobriu que os ex-mandatários criaram uma gestão paralela para beneficiar apadrinhados.

Tribunal deve R\$ 4 bilhões a magistrados e servidores

Os pagamentos de férias, licenças-prêmio e benefícios como auxílio-alimentação em atraso não representam um privilégio dos magistrados, afirma o juiz assessor da presidência do TJ-SP, Rodrigo Capez. Segundo ele, só este ano, a corte desembolsou R\$ 360 milhões para pagar direi-

tos devidos também a servidores, a título de indenizações.

Capez pondera que foi do presidente Ivan Sartori a iniciativa de apurar antecipações excepcionais de crédito que culminaram em processo disciplinar contra um ex-presidente do TJ e três desembargadores que integraram

a comissão de orçamento, um deles hoje presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargador Alceu Penteado Navarro.

O juiz destacou que o Conselho Nacional de Justiça, em recente inspeção, elogiou a transparência da atual presidência do TJ-SP e a determinação de Sartori de apurar irregularidades. "A ministra Eliana Calmon (ex-corregedora nacional da Justiça) disse que o TJ-SP é um exemplo para o País."

Capez informou que o desem-

bargador Caetano Lagrasta recebeu, além dos vencimentos, indenização equivalente a 28 dias de férias atrasadas, também deferida a todos os magistrados que tinham esse direito. "Por causa de intervenções cirúrgicas a que se submeteu, uma delas que lhe incapacitava parcialmente os movimentos e o repouso lhe foi deferido, ainda, nos termos da Resolução 568/2012 do Órgão Especial do TJ, indenização de mais 30 dias de férias atrasadas", informa Capez.

O juiz Herivelto Godoy, além dos vencimentos, recebeu 28 dias de férias atrasadas. "Por causa de delicada cirurgia cardíaca a que se submeteu, lhe foi deferida indenização de mais 30 dias de férias atrasadas."

O desembargador Sérgio Rezende, afora o holerite, recebeu 28 dias de férias atrasadas e antecipação do 13.º salário, "por ser o mês de seu aniversário, direito reconhecido a todos os funcionários públicos do Estado".

Valter Mena e Paulo Rezek,

além dos vencimentos, receberam indenização de 28 dias de férias atrasadas e antecipação do 13.º salário, pelo mesmo motivo de Rezende. Ivan Sartori recebeu vencimentos e indenização equivalente a 28 dias de férias atrasadas.

O TJ deve R\$ 4 bilhões a magistrados e a servidores, englobando férias, licenças-prêmio em atraso e diferenças salariais reconhecidas pela Justiça, sobre as quais incidem juros e correção monetária. /M.D.